

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.041, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Altera o *caput* e os inc. II e III, inclui §§ 3º, 4º e 5º e revoga os §§ 1º e 2º, todos no art. 165 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985; e altera o *caput* e o § 2º e inclui § 5º, todos no art. 59 da Lei Complementar nº 701, de 18 de julho de 2012, dispondo sobre a licença-prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados o *caput* e os incs. II e III e ficam incluídos §§ 3º, 4º e 5º, todos no art. 165 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, conforme segue:

“Art. 165. A licença-prêmio adquirida pelo servidor deverá, no todo ou em parte, ser:

.....

II – indenizada, nas situações de rompimento do vínculo funcional decorrentes de aposentadoria, exoneração ou falecimento;

III – convertida em dinheiro, 1/3 (um terço) ao ano a partir de cada quinquênio, para o servidor em efetiva atividade e a critério do respectivo Poder ao qual ele se encontre vinculado;

.....

§ 3º É vedada a acumulação de licença-prêmio, salvo por absoluta necessidade de serviço ou motivo justo, até o máximo de 90 (noventa) dias.

§ 4º A licença-prêmio deverá ser usufruída no quinquênio subsequente ao da sua aquisição, em parcelas não inferiores a 15 (quinze) dias.

§ 5º As condições para usufruir a licença-prêmio, descritas neste artigo, serão regulamentadas por Decreto.” (NR)

Art. 2º Ficam alterados o *caput* e o § 2º e fica incluído § 5º, todos no art. 59 da Lei Complementar nº 701, de 18 de julho de 2012, conforme segue:

“Art. 59. A concessão da licença-prêmio por assiduidade adquirida pelo Procurador Municipal, que fará jus pelo seu efetivo exercício, será objeto de regulamentação por Decreto.

.....
§ 2º No período de licença de que trata este artigo, o servidor terá direito à totalidade da remuneração.

.....
§ 5º É vedada a acumulação de licença-prêmio, salvo por absoluta necessidade de serviço ou motivo justo, até o máximo de 90 (noventa) dias.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 165 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 17 de abril de 2025.

Sebastião Melo,
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,
Procurador-Geral do Município.